

2 — Formação académica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Frequência do ciclo de lições de contabilidade para juristas (Universidade Católica/CRPorto/Curso de Direito);

Ação de formação contínua em “Direito das Sociedades” (Faculdade de Direito da Universidade do Porto);

Frequência do curso de pós-graduação em “Direito Fiscal” (Faculdade de Direito da Universidade do Porto);

Frequência do curso de pós-graduação em “Justiça Administrativa e Fiscal” (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra).

3 — Formação profissional:

Frequência de acções de formação e seminários ministrados pelo Centro de Formação da DGCI;

Seminário de Alta Direcção (INA).

4 — Percurso profissional:

Técnico de administração tributária assessor, desde 23 de Fevereiro de 2005;

Subdirector do contencioso tributário/TATP, 11 de Agosto de 1989;

Perito do contencioso tributário de 1ª classe, 16 de Setembro de 1986;

Técnico tributário, 30 de Outubro de 1981;

Liquidador tributário/aspirante de finanças, 1 de Janeiro de 1976.

5 — Experiência profissional (cargos de chefia ou coordenação exercidos):

Chefe de Divisão da RFP da DF Porto, em regime de substituição (2006.01.01 até à presente data);

Coordenador da RFP da DF Porto (2004.02.01 a 2005.12.31);

Chefe da Secretaria do 1º Juízo e da secretaria central do extinto Tribunal de 1ª Instância do Porto (1997.01.02 a 2003.12.31);

Chefe da 2ª Secretaria administrativa das execuções fiscais do Porto (1995.01.01 a 1996.12.31);

Chefe da Secretaria do 5º Juízo do extinto Tribunal Tributário de 1ª Instância do Porto (1989.05.03 a 1994.12.31).

Direcção de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos

Aviso (extracto) n.º 25087/2007

Por despacho de 2007/11/16 da Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, a funcionária Ermelinda Anjos Santos, é aditada à lista dos técnicos de administração tributária que mudam para o nível 2 da categoria de técnico de administração tributária, do grau 4 do GAT, ao abrigo do artigo 33º do Decreto-Lei n.º 557/99 de 17 de Dezembro, com efeitos a 2007/02/08.

19 de Outubro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 25088/2007

Por despachos da Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, e do Presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, de 23/07/07 e 04/10/07, respectivamente, foi autorizada a requisição para a DGCI, da assessora, Maria Elisa Marques, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral de Viação, nos termos do artigo 6º da lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com afectação à Direcção de Finanças de Santarém.

25 de Outubro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 25089/2007

Por despacho de 31 de Outubro de 2007, do Director-Geral dos Impostos, foi renovada a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão da Gestão Financeira da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Financeiros, nos termos do n.º 2 do artigo 23º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, da Licª Maria Judite Silveira Gamboa — técnica economista principal.

9 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 25090/2007

Por despacho de 29 de Outubro de 2007, do Director-Geral dos Impostos, foi renovada a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Documentação do Centro de Estudos Fiscais, nos termos do n.º 2 do artigo 23º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada

pela lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, do Licº João Paulo Viana Paiva Boléo — técnico superior assessor principal.

9 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 25091/2007

Por despacho de 29 de Outubro de 2007, do Director-Geral dos Impostos, foi renovada a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Tributação e Cobrança da Direcção de Finanças de Faro, nos termos do n.º 2 do artigo 23º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, de Jorge Manuel dos Santos Pinto — inspector tributário principal.

9 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso n.º 25092/2007

Por despacho de 26 de Outubro de 2007, do Director-Geral dos Impostos, foi renovada a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão da Inspeção Tributária I, da Direcção de Finanças do Porto, nos termos do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, da licenciada Júlia Maria Moutinho de Sousa Neto — inspectora tributária assessora principal.

9 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 25093/2007

Por despacho de 29 de Outubro de 2007, do Director-Geral dos Impostos, foi renovada a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão da Inspeção Tributária III da Direcção de Finanças do Porto, nos termos do n.º 2 do artigo 23º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, do licenciado Manuel Fernando Patricio da Rocha — inspector tributário assessor principal.

9 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 25094/2007

Por despacho de 26 de Outubro de 2007, do Director-Geral dos Impostos, foi renovada a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão da Inspeção Tributária I da Direcção de Finanças de Leiria, nos termos do n.º 2 do artigo 23º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, do licenciado António Manuel Jesus Ferreira Santos — inspector tributário assessor.

9 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 25095/2007

Por despacho de 29 de Outubro de 2007, do Director-Geral dos Impostos, foi renovada a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Planeamento e Coordenação da Direcção de Finanças de Faro, nos termos do n.º 2 do artigo 23º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, do licenciado Francisco Carlos da Silva Lima Dias — inspector tributário de nível 2.

9 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho n.º 28634/2007

I — Através do aviso n.º 15671/2007 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 27 de Agosto, e publicitado no jornal *Correio da Manhã*, de 30 de Agosto, do mesmo mês e ano, e divulgado na bolsa de emprego público em 30 de Agosto do corrente ano, foi aberto o procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau de chefe de divisão de Acompanhamento do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas da 3.ª Delegação, do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral do Orçamento.

II — Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de chefe de divisão de

Acompanhamento do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas da 3.ª Delegação, do quadro da Direcção-Geral do Orçamento, Maria Cecília Rodrigues da Conceição Goucha Ferreira com os seguintes fundamentos:

1 — Detém ampla experiência profissional na preparação do Orçamento do Estado e na sua execução tanto dos serviços integrados quanto nos serviços e fundos autónomos, na análise de projectos de diplomas legais que envolvam matéria orçamental e na análise de pedidos de libertação de créditos.

2 — Possui profundo conhecimento dos sistemas de informação de apoio à gestão orçamental na óptica de utilizar e experiência no fecho da conta por ministério.

3 — Demonstra possuir excelente capacidade de liderança, gestão, inovação e motivação de equipas, para efectuar e promover trabalho em equipa e espírito de iniciativa orientado para objectivos práticos.

III — A presente nomeação, que tem cabimento orçamental no orçamento da Direcção-Geral do Orçamento para 2007, e produz efeitos a partir da data do presente despacho.

IV — Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º10, do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexas e a nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada.

21 de Novembro de 2007. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.

Nota curricular

Maria Cecília Rodrigues da Conceição Goucha Ferreira, nasceu a 31 de Agosto de 1951 e possui o 7.º ano liceal. Detém a categoria de subdirectora de contabilidade do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, desempenhando actualmente as funções de Chefe da Divisão de Serviços de Acompanhamento do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, em regime de substituição, desde 1 de Abril de 2007. Desempenhou as funções inerentes à carreira técnica contabilista na 3.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento (1974 1997), na Direcção de Serviços de Auditoria da Direcção-Geral do Orçamento (1997 2007) e de Chefe de Divisão (2000 2007), nesta última, executando auditorias desde 1995, com funções de coordenação de equipas desde 1997 e de supervisão desde 2004. Os trabalhos desenvolvidos versaram essencialmente a análise à gestão orçamental, às contas de gerência, aos procedimentos utilizados na arrecadação da receita e na realização das despesas públicas e à avaliação do controlo interno. Frequentou cursos de formação profissional relacionados com as exigências das funções desempenhadas no seu percurso profissional, designadamente, contabilidade pública (vertentes jurídica, informática e de auditoria), contratação pública, plano oficial de contabilidade pública, auditoria financeira, técnicas de trabalho em equipa, sistemas de informação contabilística e de Word e Excel Avançado, entre outros. Para além disso, participou em Workshops e Conferências sobre auditoria e controlo interno na Administração Pública. Desenvolveu actividades no âmbito do Sistema de Controlo Interno (Secção Especializada de Informação e Planeamento do SCI, Secção Especializada de Normas e Metodologias, Elaboração do Manual de Auditoria do SCI), na DGO (Elaboração do Manual de Auditoria da DGO, Desenvolvimento e Actualização da Colectânea de Legislação da DGO, Elaboração de relatórios no âmbito da Comissão para Reavaliação dos Institutos Públicos, Colaboração no Manual de Procedimentos da DGO).

Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)

Despacho n.º 28635/2007

Com a publicação da Portaria n.º 351/2007, de 30 de Março, foi aprovada a estrutura nuclear dos serviços da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) e fixadas as competências das respectivas unidades orgânicas.

Neste contexto, e com vista a assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os respectivos dirigentes.

Assim, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2007, o licenciado Arnaldo José da Costa Botelho da Silva, para exercer o cargo de director de serviços do Gabinete de Assessoria, visto possuir o perfil adequado à prossecução dos objectivos do serviço, sendo dotado de competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme decorre do respectivo currículo académico e profissional.

7 de Novembro de 2007. — (*Assinatura ilegível*.)

Curriculum vitae

Nome: Arnaldo José da Costa Botelho da Silva
Local e data de nascimento: Lisboa, 23 de Novembro de 1956.

Habilitações Literárias: Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Cargos desempenhados:

1984 — Ingresso na Função Pública, como técnico superior de 2º classe, após concurso externo aberto pela Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP);

1986 — Secretária-geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) na Divisão de Organização e Gestão de Pessoal;

1988 — Instituto de Gestão e Alienação do Património do Estado (IGAPHE), como técnico superior de 1ª classe da carreira de Consultor Jurídico, no Gabinete Jurídico;

1990 — Adjunto do Gabinete da Secretária de Estado do Orçamento;

1991 — Técnico superior principal da carreira de consultor jurídico do IGAPHE (Gabinete Jurídico);

1993 — Adjunto do Gabinete da Ministra da Educação;

1995 — Assessor da carreira de consultor jurídico no IGAPHE (Gabinete Jurídico);

1995 — Adjunto do Director do Gabinete de Apoio à Imprensa (GAI), da Presidência do Conselho de Ministros, equiparado a Director de Serviços;

1998 — Consultor jurídico assessor principal no Gabinete Jurídico do IGAPHE;

1998 — Director do Gabinete Jurídico do IGAPHE, cargo equiparado a Director de Serviços;

2007 — Departamento Jurídico do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

Outras actividades:

Membro da Comissão para o Desenvolvimento da lei de Bases do Sistema Desportivo (1990/1993).

Membro da Comissão de Candidatura Nacional à Organização do Campeonato Europeu de Futebol de 1996 (1992).

Vogal do Conselho Fiscal da Fundação do Desporto (1995/1996).

Formação Profissional

Organização e Gestão de Recursos Humanos, 1984.

Organização e Condução de Reuniões, 1985.

Contencioso Administrativo, 1987.

Seminários e Conferências vários no âmbito da preparação da Presidência Portuguesa e do Conselho da Comunidade Europeia, em 1991.

Técnicas de Negociação, 1991.

O novo regime jurídico das aquisições de serviços na Administração Pública, 1995.

As alterações ao Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, 1998.

Directores Jurídicos, Juristas, Assessores e Advogados, 1999.

Contencioso dos Contratos, 2000.

Empreitadas de Obras Públicas, 2000 e 2001

O Novo Regime de Urbanização e Edificação, 2001.

O Novo Contencioso Administrativo, 2003.

O Direito do Urbanismo e a Análise Prática do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, 2003.

Planeamento Estratégico e Gestão por Objectivos (2005).

Instituto Nacional de Administração, I. P.

Despacho n.º 28636/2007

Por meu despacho de 5 de Novembro de 2007, por reunir os requisitos legais necessários e possuir o perfil pretendido para o exercício do cargo posto a concurso, através da necessária publicitação legal, nomeio, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o licenciado Alfredo José da Silva França Gomes, especialista de informática, grau 3 nível 2 do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I.P., no cargo de direcção intermédia de 1.º grau de Director de Serviços do Centro de Tecnologias da Formação, do mesmo quadro.

Conforme o disposto no n.º 10 artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do funcionário nomeado.

8 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, em exercício, *Rui Afonso Lucas*.

ANEXO

I. Dados pessoais

Nome: Alfredo José da Silva França Gomes

Data de Nascimento: 08/05/1961

Naturalidade: Oeiras